

LETRAMENTOS, IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E (IN)SEGURANÇA SOCIOLINGUÍSTICA EM TEMPOS DIGITAIS: ANÁLISE AUTOETNOGRÁFICA DE UMA FAMÍLIA CAPIXABA

LETRAMENTOS, IDEOLOGÍAS LINGÜÍSTICAS E (IN)SEGURIDAD SOCIOLINGÜÍSTICA EN
TIEMPOS DIGITALES: UN ANÁLISIS AUTOETNOGRÁFICO DE UNA FAMILIA CAPIXABA

LITERACIES, LINGUISTIC IDEOLOGIES AND SOCIOLINGUISTIC (IN)SECURITY IN THE
DIGITAL AGE: AN AUTOETHNOGRAPHIC ANALYSIS OF A CAPIXABA FAMILY

Rafaela da Silva Areias^{*}

Marcela Langa Lacerda^{**}

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: Este estudo investiga a presença e a configuração do grafocentrismo em uma microcultura familiar do litoral sul do Espírito Santo, composta por diferentes gerações. Com base nos Novos Estudos do Letramento e em abordagens da Sociolinguística e de Crenças e Atitudes, busca-se descrever como se constitui o capital simbólico associado ao uso da linguagem no cotidiano dos sujeitos, considerando suas crenças linguísticas e os efeitos dessas na inserção (ou não) em eventos de letramento mediados por tecnologias digitais. A pesquisa tem orientação qualitativa, de caráter autoetnográfico, utilizando memórias e observações da primeira autora junto a familiares (avó, pais, sogros e esposo) como fonte de dados. Este recorte de pesquisa busca responder às seguintes questões: *Como se configura essa microcultura familiar – mais grafocêntrica ou menos grafocêntrica? Que eventos de letramento – associados a práticas orais, escritas e tecnológicas – mostram-se mais recorrentes nessa microcultura? Como a configuração*

^{*} Graduada em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: rafaela.areias@edu.ufes.br.

^{**} Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Associada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do projeto de pesquisa Articulações teórico-metodológicas para o tratamento de fenômenos em variação/mudança. E-mail: marcela.lacerda@ufes.br.

linguística dessa família indicia crenças/percepções e (in)segurança sociolinguística? Os resultados mostram que a microcultura investigada apresenta uma configuração híbrida de letramentos, em que o grafocentrismo tradicional convive com práticas orais e digitais. Observa-se forte valorização das formas padronizadas e escolarizadas de expressão, associadas ao prestígio social, ao lado de uma valorização afetiva de variedades linguísticas *mais simples*, associadas a pertencimento e conforto. Essa tensão evidencia as ideologias linguísticas que regulam prestígio e estigma, afetando a (in)segurança sociolinguística dos sujeitos e revelando como estruturas simbólicas impactam a confiança linguística e a participação em diferentes eventos de letramento.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas e eventos de letramento. (In)segurança sociolinguística. Contexto digital. Análise autoetnográfica. Microcultura familiar.

RESUMEN: Este estudio investiga la presencia y la configuración del grafocentrismo en una microcultura familiar del litoral sur del Espírito Santo, compuesta por diferentes generaciones. Basado en los Nuevos Estudios del Letramento y en enfoques de la Sociolingüística y de las Creencias y Actitudes, se busca describir cómo se constituye el capital simbólico asociado al uso del lenguaje en el cotidiano de los sujetos, considerando sus creencias lingüísticas y los efectos de esas en la inserción (o no) en eventos de letramento mediados por tecnologías digitales. La investigación tiene orientación cualitativa, de carácter autoetnográfico, utilizando memorias y observaciones de la autora junto a familiares (abuela, padres, suegros y esposo) como fuente de datos. Este recorte de investigación busca contestar a las siguientes cuestiones: ¿Cómo se configura esa microcultura familiar – más grafocéntrica o menos grafocéntrica? ¿Qué eventos de letramento - asociados a prácticas orales, escritas y tecnológicas - se muestran más recurrentes en esa microcultura? ¿Cómo la configuración lingüística de esa familia evidencia creencias/percepciones e (in)seguridad sociolingüística? Los resultados muestran que la microcultura investigada presenta una configuración híbrida de letramentos, en que el grafocentrismo tradicional convive con prácticas orales y digitales. Se observa fuerte valorización de las formas padronizadas y escolarizadas de expresión, asociadas al prestigio social, al lado de una valoración afectiva de variedades linguísticas *más simples*, asociadas a pertencimiento y confort. Esa tensión evidencia las ideologías lingüísticas que regulan prestigio y estigma, afectando la (in)seguridad sociolingüística de los sujetos y revelando como estructuras simbólicas impactan la confianza lingüística y la participación en diferentes eventos de letramento.

PALABRAS-CLAVE: Prácticas y eventos de letramento. (In)seguridad sociolinguística. Contexto digita. Análisis autoetnográfica. Microcultura familiar.

ABSTRACT: This study investigates the presence and configuration of graphocentrism in a family microculture on the southern coast of Espírito Santo, composed of different generations. Based on the New Literacy Studies and on sociolinguistic and Beliefs and Attitudes approaches, the study seeks to describe how the symbolic capital is constituted associated with language use in the subjects' everyday lives, considering their linguistic beliefs and the effects of these beliefs in the insertion (or not) in literacy events mediated by digital technologies. The research has a qualitative approach, of an autoethnographic nature, using the author's memories and observations of relatives (grandfather, parents, parents-in-law and husband) as a data source. This investigation aims to answer the following questions: how is this family microculture configured - more graphocentric or less graphocentric? Which literacy events - associated with the oral, written, and technological practices - are more reoccurring in this microculture? How does the linguistic configuration of this family indicate beliefs/perceptions and sociolinguistic (in)security? The results show that the investigated microculture displays a hybrid configuration of literacies, in which the traditional graphocentrism coexists with oral and digital practices. It is observed that a high regard for standardized and schooled forms of expression exists, associated with social prestige, along with an emotional appreciation of *simpler* linguistic variations, associated with a sense of belonging and comfort. This tension highlights the linguistic ideologies that regulate prestige and stigma, affecting the sociolinguistic (in)security of the subjects and revealing how symbolic structures can impact the confidence in language use and participation in different literacy events.

KEYWORDS: Literacy practices and events. Sociolinguistic (in)security. Digital context. Autoethnographic analysis. Family microculture.

1 INTRODUÇÃO¹

Em uma sociedade marcada por avanços tecnológicos e por transformações socioculturais de toda ordem, as práticas de linguagem, afetadas em diferentes medidas, por essas transformações, tornam-se centrais para compreensão e inserção cultural, de modo amplo, dos sujeitos. Além disso, a valorização da norma-padrão² ou da norma curta³ (ambas na modalidade escrita), em detrimento da fala, em geral, e de outras normas, em particular, alimenta em nossa sociedade concepções grafocêntricas que geram efeitos simbólicos relevantes na/para a construção das identidades e das crenças sociolinguísticas (Bagno, 2007; Bragança; Baltar, 2016).

Desse modo, ao mesmo tempo em que o crescimento da comunicação digital traz novos desafios, especialmente para as gerações menos familiarizadas com esse tipo de recurso, os cidadãos brasileiros ainda convivem com o arcaico (mas vigoroso) desafio de enfrentar a situação de *diglossia*⁴ que, em nosso caso, tem gerado, ano após ano, insegurança sociolinguística⁵, e não plurilinguismo⁶.

Nesse contexto, emergem questões sobre como diferentes gerações se relacionam com a linguagem – falada ou escrita – mediada por recursos tecnológicos e como se percebem, sociolinguisticamente, nas interações, a partir dessa relação. Para observação dessas questões, esta investigação se vale do campo variacionista e do campo dos Novos Estudos do Letramento, que toma o letramento “[...] em termos de práticas sociais concretas, em que o contexto é determinante na maneira como os indivíduos lidam com a escrita” (Street, 2003, p. 4).

O estudo focaliza uma microcultura familiar do litoral sul do Espírito Santo, composta por três gerações, buscando caracterizar práticas de letramento mediadas por recursos digitais fora de espaços institucionalizados (escola, universidade, trabalho) e as crenças sociolinguísticas atribuídas a essas práticas. O interesse, portanto, é duplo: (a) caracterizar práticas de letramento para compreender aspectos identitários dos sujeitos; e (b) revelar o capital simbólico associado ao uso da linguagem tecnológica no cotidiano familiar, evidenciando como identidades e crenças linguísticas se constituem e como percepções sobre o poder simbólico da fala, da escrita e da navegação digital se manifestam.

As questões de pesquisa são: *Como se configura essa microcultura familiar – mais ou menos grafocêntrica? Quais eventos de letramento – orais, escritos e tecnológicos – são mais recorrentes? Como a configuração linguística indicia crenças/percepções e (in)segurança sociolinguística?*

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de base autoetnográfica, com dados construídos a partir de memórias e observações sistematizadas da primeira autora, também membro da família estudada. Essa abordagem valoriza a experiência pessoal na análise de crenças circulantes no círculo familiar, permitindo refletir sobre letramentos comuns e os valores atribuídos às práticas de linguagem, oferecendo elementos para o diálogo entre escola, universidade e microculturas familiares.

¹ Agradecemos aos pareceristas que contribuíram para a qualificação deste texto. Assumimos total responsabilidade por quaisquer problemas que ainda persistam.

² Por *norma padrão*, a literatura compreende a sistematização, por meio de instrumentos normativos (gramáticas e dicionários), de um *padrão* de língua para os Estados Modernos, a fim de atenuar a diversidade linguística de um território. Não se trata, portanto, de uma variedade de língua, mas de um construto sócio-histórico, de uma codificação relativamente abstrata, que serve como força de unificação nacional. Trata-se, ainda, de uma baliza extraída do uso real, para servir de referência. No caso da norma-padrão brasileira, a questão é mais complexa, porque o uso tomado como referência foi o das normas cultas lusitanas – daí a distância entre os usos cultos brasileiros e a nossa norma-padrão (Faraco, 2008).

³ Faraco (2008, p. 92) cunha o termo *norma curta* para fazer referência ao que tem predominado e servido de orientação no sistema escolar, além de ser reforçado por certos consultores gramaticais da mídia, por manuais de redação, pela ação de alguns revisores etc.: uma norma estreita, baseada em “[...] preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro”.

⁴ Diglossia é a coexistência de duas variedades de uma mesma língua em uma comunidade, usadas em funções sociais distintas (Ferguson, 1959). No Brasil, isso se manifesta como a diferença entre a norma culta ou padrão, ensinada na escola, e as normas populares ou regionais. A norma falada majoritária é, frequentemente, vista como deficiente em relação à escrita, tornando o país um caso típico de diglossia (Faraco, 2008, p. 51).

⁵ Segundo Bortoni-Ricardo (2004) e Bagno (2007), na esteira dos escritos de Labov, insegurança sociolinguística ocorre quando o falante desenvolve uma percepção negativa sobre a própria forma de falar, especialmente se sua variedade linguística sofre estigmatização social. Ao notar que sua fala diverge da norma culta, ele passa a sentir-se inadequado do ponto de vista linguístico. Neste texto, o termo será retomado com esse sentido.

⁶ *Plurilingue* é utilizado aqui para designar as competências do indivíduo em mais de uma língua ou variedade de língua, incluindo uma “postura linguística plural” (Altenhofen; Broch, 2011, p. 17).

O texto está organizado em seções que abordam, primeiramente, as concepções de linguagem como artefato cultural, de letramento, de mercado sociolinguístico e de tecnologia; em seguida, apresenta a microcultura e os sujeitos analisados; na sequência, detalha os aspectos metodológicos; dedica-se, depois, à análise e discussão dos dados; e, por fim, apresenta considerações finais com uma breve reflexão sobre a mediação escolar das práticas linguísticas familiares.

2 SOBRE LÍNGUA COMO ARTEFATO CULTURAL

Nesta seção, nosso foco está em apresentar a concepção de língua(gem) a que nos filiamos, via pela qual entramos em diálogo com o campo dos Novos Estudos do Letramento (NEL), para compreensão de nosso objeto de investigação.

2.1 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E DE LETRAMENTO

A concepção de língua(gem) que assumimos neste texto está fundamentada na perspectiva sociolinguística, que compreende a linguagem como fenômeno social, histórico e ideológico. Para Faraco e Zilles (2017), por essa razão, a língua não pode ser definida unicamente por critérios linguísticos estritos, como se fosse uma estrutura léxico-gramatical.

Nesse sentido, o que se reconhece socialmente como *a língua* – como no caso do português do Brasil (PB) – é, na verdade, um conjunto de variedades (inscrites/realizadas em diferentes gêneros do discurso, em diferentes modalidades, em inúmeras práticas sociais), agrupadas sob um nome comum por força de construções ideológicas.

Essa idealização, sustentada por fatores políticos e culturais, promove o apagamento simbólico⁷ da heterogeneidade linguística e dá origem à “ideologia da língua-padrão” (Faraco; Zilles, 2017, p. 30), que consiste na confusão entre uma variedade específica e a totalidade da língua. Tal ideologia, como já se sabe, leva à desvalorização das demais formas de falar e escrever, tratando a variação (e a mudança) linguística como desvios, deteriorações ou corrupções da *língua verdadeira*.

O fato é que deriva dessa compreensão sociolinguística historicamente situada de linguagem *a possibilidade* de nos aproximarmos do campo dos NEL (ressalvadas as especificidades de cada abordagem), dados alguns compartilhamentos epistemológicos.

A perspectiva sobre a categoria *sujeito*, no âmbito dos NEL, por exemplo, justifica a historicidade do que mais diretamente nos importa neste texto: a dos usos da escrita – daí o termo central da abordagem ser referido no plural (*letramentos*). Sintetizando a questão, o fato de os sujeitos e a língua(gem) serem histórica e culturalmente situados (em ambas as abordagens em tela) justificaria os letramentos dos quais participam⁸ (Barton; Hamilton; Ivanic, 2000).

Desse modo, em ambos os campos, há um deslocamento no conceito de *usos linguísticos* (para a Sociolinguística) e de *letramento* (para os NEL): de domínio técnico da norma padrão ou do código escrito para os usos sociais da língua (especificamente, da escrita, para os NEL). Kleiman (1995, p.19) assevera que “[...] podemos definir hoje letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”, perspectiva a que nos filiamos neste texto.

Segundo a literatura dos NEL, ao observarmos as diversas formas como grupos sociais se relacionam com a leitura e com a escrita, é possível observar que essas práticas não se limitam a habilidades técnicas de domínio de código, mas levam consigo sentidos culturais, afetivos e ideológicos⁹.

⁷ O *apagamento simbólico* refere-se não à eliminação efetiva da diversidade linguística, mas ao obscurecimento de sua percepção. Esse processo articula-se historicamente – mas não exclusivamente – à formação do Estado Moderno, quando a língua é erigida como emblema de unidade nacional. As políticas de padronização, ao promoverem um modelo idealizado de língua, acabam por encobrir a heterogeneidade dos usos – dinâmica já observável na tradição gramatical latina, na qual os supostos erros posteriormente se revelaram etapas naturais de mudança que conduziram às línguas românicas.

⁸ Para as reflexões deste texto, aproximam-se os campos em análise a partir de uma concepção ampla de linguagem, ressaltando-se, porém, que a sociolinguística não operacionaliza teórico-metodologicamente o conceito de letramento.

⁹ Retome-se, a exemplo disso, o clássico estudo de Heath (1982).

Street (2000) fortalece essa concepção de letramento, propondo uma distinção entre *eventos de letramento* – situações em que a escrita está material e visivelmente presente em uma interação – e *práticas de letramento*, que são os valores, as rotinas e os sentidos culturais que organizam e sustentam essas interações. Escrever bilhetes, ler rótulos, ler bulas de remédio, compartilhar versículos em grupos religiosos ou mandar mensagens via aplicativos de celular são exemplos de eventos que se sustentam por práticas culturais distintas e que, por vezes, não são reconhecidas como legítimas pelas instituições escolares, pelos motivos que se apresentam ao longo deste texto.

Euzébio, Goulart e Mendes (2010, p. 5) destacam que

[...] compreender o letramento contemporâneo consiste em documentar a forma na qual o letramento está situado historicamente, o que implica conceber as *práticas de letramento* como um fenômeno dinâmico e mutável, uma vez que tais práticas estão inseridas na vida e na sociedade, as quais – por sua vez e do mesmo modo –, são espaços, igualmente, passíveis de mudanças. Sob esse ponto de vista [...] importa compreender implicações como ideologia, cultura e tradições nas quais tais práticas estão baseadas.

Além dessa distinção entre práticas e eventos de letramento, Street (2003, 2007) também apresenta dois modelos teóricos que ajudam a entender como diferentes concepções de letramento produzem efeitos sociais distintos. Nesse contexto, o autor põe em destaque os conceitos de *modelos autônomo* e *ideológico* de letramento, que revelam visões radicalmente distintas sobre o papel da escrita na vida dos sujeitos: enquanto o *modelo autônomo* concebe a escrita como autossuficiente e técnica, completa em si mesma, de modo que o domínio dela levaria ao desenvolvimento cognitivo, à mobilidade social e erudição, o *modelo ideológico* de letramento propõe que a escrita é um artefato cultural, vinculado a estruturas de poder e que adquire diferentes sentidos a depender do contexto, da comunidade e das relações de poder em que está inserida. É, pois, a reboque das relações sociais (de poder) que as práticas de uso da linguagem também são avaliadas, resultando em usos considerados certos, prestigiosos, bons etc. e em usos considerados errados, desabonados, ruins etc.

Barton e Hamilton (1998) e Hamilton (2000), talvez por isso, fazem distinção, em seus estudos, entre letramentos *dominantes* e *letramentos locais* ou *vernaculares*. Os primeiros referem-se às práticas de organizações formais, tais como escola, igreja, local de trabalho, comércio, no âmbito dos quais estão previstos agentes como, por exemplo, professores, especialistas, padres, entre outros. Esses letramentos são, segundo os autores, mais padronizados, em termos de efeitos formais da instituição, e são vistos como racionais e de elevado valor cultural. Já os segundos, tendo origem nos propósitos da vida cotidiana, referem-se às práticas não regulamentadas ou sistematizadas por regras e procedimentos formais de instituições sociais. Por isso mesmo, podem ser ativamente reprovados, banalizados e contrastados com os letramentos dominantes (Barton; Hamilton, 1998).

Na esteira de Euzébio, Goulart e Mendes (2010), estamos assumindo que, em sociedades grafocêntricas, todos os sujeitos são letrados, embora nem todos pratiquem letramentos dominantes e nem todos dominem o código alfabético. Por isso mesmo, os diferentes sujeitos, suas práticas sociais e as formas linguísticas que agenciam são valorados diferentemente em sociedades grafocêntricas.

Mais que isso, para Monteiro (2024, p. 63), por exemplo, estigmas sobre formas linguísticas (quais sejam: as típicas de letramentos locais ou vernaculares) são consequências de sociedades grafocêntricas, especialmente a brasileira,

[...] em razão de nossa colonização europeia, [quando] passamos de uma sociedade basicamente oral – tomando como referência a chegada dos portugueses – para uma sociedade de cultura grafocêntrica, permitindo que a imagem de Língua Portuguesa introduzida aqui, cultivada pela tradição gramatical e veiculada pela escola refletisse um modelo cristalizado, abstratamente uniforme, totalmente distante da realidade sincrônica da língua, tanto da modalidade falada, quanto da modalidade escrita.

Ainda segundo Monteiro (2024), agravando essa nossa condição histórica, a associação entre letramentos (os dominantes, exclusivamente) e o conceito de sociedade evoluída colaborou, e ainda colabora, para estigmatização de letramentos vernaculares e das variantes linguísticas mais frequentes nesses contextos, o que fortalece o que a literatura chama de *mito do letramento*:

[...] a crença compartilhada, por contextos educacionais, cívicos, religiosos e outros, contemporâneos e históricos, de que a aquisição do código escrito é um precursor necessário, que resulta, invariavelmente, em desenvolvimento econômico, prática democrática, aprimoramento cognitivo e mobilidade social ascendente. (Graff; Duffy, 2008, p. 3).¹⁰

As investigações dos NEL – como as de Luria (1976) e de Scribner e Cole (1981) (*apud* Kleiman, 1995, p. 23-26) – demonstram que não há relação automática entre contato com a escrita e as habilidades cognitivas especiais; mas habilidades como classificação, categorização, raciocínio lógico-dedutivo e memorização decorrem do processo de escolarização e das práticas de letramento dominantes nas instituições formais, e não da escrita em si (Bragança; Baltar, 2016).

Além disso, observa-se uma relação entre modelos ideológicos de letramento e recursos tecnológicos que medeiam práticas sociais atualmente. A globalização e os avanços tecnológicos alteraram o cenário cultural, impactando diretamente as práticas de linguagem, já que “[...] [a] cultura cibernética, normalmente compreendida como resultado dos desenvolvimentos tecnológicos que a constituem, é também um lugar essencialmente caracterizado pela centralidade da linguagem” (Moita Lopes, 2013, p. 208).

As tecnologias digitais, mais do que ferramentas, reconfiguram modos de significar, interagir e construir identidades, fomentando a emergência de um novo *ethos*. Como ressalta Moita Lopes (2013, p. XX), “[...] o que é central nos novos letramentos não é o fato de que agora podemos ‘procurar informação na rede’ ou escrever ensaios usando um processador em vez de uma caneta”, mas a mudança nos valores e sensibilidades que orientam essas práticas.

Os letramentos digitais, portanto, revelam novas identidades e formas de interação social, de modo que “[...] [p]arece claro que estamos diante de um novo modo de aprender, de construir conhecimento, de atuar em práticas de letramentos, e de estar no mundo social” (Moita Lopes, 2013, p. 207). Essa reorientação identitária entre gerações contribui para o que este texto denomina *(in)segurança sociolinguística*, tema da próxima seção.

2.2 (IN)SEGURANÇA SOCIOLINGÜÍSTICA EM CONTEXTOS GRAFOCÊNTRICOS

Nos estudos sociolinguísticos, percepção e avaliação sempre estiveram ligadas à consciência linguística. A percepção é vista como reação inconsciente dos falantes diante dos usos linguísticos (Oushiro, 2021, p.13), enquanto a avaliação envolve graus variados de consciência sobre formas linguísticas, classificadas como indicadores, marcadores ou estereótipos (Labov, 2008 [1972]; Oushiro, 2021, p.21).

Estudos recentes da terceira onda variacionista revisitam essa abordagem, afastando-se da noção de (in)consciência e do foco exclusivo nas formas linguísticas, reconhecendo que julgamentos refletem posicionamentos sociais e identitários historicamente situados (Langa Lacerda; Görski; Paza, 2023; Langa Lacerda; Leppaus, 2023). Nesse sentido, todo ato de fala é ideologicamente mediado e carrega avaliação social, incorporada à maneira como sujeitos compreendem a si mesmos e o mundo (Langa Lacerda; Leppaus, 2023).

Como em outras práticas culturais, o valor dos recursos linguísticos depende do capital simbólico dos falantes e das regras dos contextos sociais – o chamado *mercado linguístico* (Bourdieu, 2011). A língua vive tensões entre forças centrípetas, que criam núcleos linguísticos sólidos, e forças centrífugas, que promovem descentralização e estratificação (Bakhtin, 2014 [1934-35]; Morson; Emerson, 2008). Essa estratificação linguística é social e regulada valorativamente pelo poder e posição dos falantes.

¹⁰ Tradução livre do original: “Literacy myth refers to the belief, articulated in educational, civic, religious, and other settings, contemporary and historical, that the acquisition of literacy is a necessary precursor to and invariably results in economic development, democratic practice, cognitive enhancement, and upward social mobility”.

Esse quadro explica por que sujeitos com menos escolarização ou menor acesso a letramentos valorizados tendem a sentir insegurança em práticas dominantes, revelando processos de exclusão social e/ou simbólica. A linguagem, nesse contexto, é expressão de identidade, pertencimento, autoestima e reconhecimento social, e as atitudes linguísticas refletem sentidos culturais, afetivos e ideológicos mais amplos (Eckert, 2008, 2012, 2018). Diante desse redimensionamento conceitual, este texto não adota a noção tradicional de *segurança linguística* (Calvet, 2002; Labov, 2006; Bagno, 2007; Bortoni-Ricardo, 2011), tradicionalmente agenciada nos estudos variacionistas e definida por Calvet (2002, p.72) do seguinte modo: “[...] segurança linguística [é] quando, por razões variadas, os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram *sua* norma *a* norma. Ao contrário, há insegurança linguística quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador [*sic*] e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam”.

Antes, operamos com o conceito de *(in)segurança sociolinguística*, para pôr em evidência, conforme Lucchesi (2006), o resultado de contextos normativos repressivos e também para indicar, conforme Langa Lacerda e Jesus (2024), que esse sentimento não se restringe apenas ao plano linguístico, mas se articula com dimensões sociais, afetivas e identitárias, pois está ligado à maneira como o sujeito se vê e se sente visto no mundo. A partir dessa perspectiva, entendemos que: (i) as avaliações sobre a linguagem e (ii) a *(in)segurança sociolinguística* estão atreladas a outros operadores de valor que organizam as experiências sociais dos sujeitos (para agregar ou segregar).

Assim, comportamentos como evitar determinadas interações, silenciar-se em contextos formais, monitorar excessivamente a própria fala ou recorrer à hipercorreção, entre outros, expressam não apenas insegurança linguística, mas insegurança social, relacionada à valoração desigual das variedades e ao controle simbólico exercido pelos falantes das normas legitimadas. As formas linguísticas, portanto, funcionam como índices de estratificação social, e a *(in)segurança* emerge precisamente da tensão entre repertórios cotidianos e expectativas normativas que regulam o prestígio e o estigma. Avaliações sobre a linguagem e *(in)segurança sociolinguística* estão, assim, vinculadas a um campo de valores – crenças, ideologias e posicionamentos – que organiza a experiência social do sujeito e se conecta às práticas de letramento (Street, 2003).

As práticas de letramento não se limitam à materialidade dos eventos, como visto na seção precedente, mas carregam significações e valorações que sustentam esses eventos, correlacionando percepção linguística e *(in)segurança sociolinguística*. A hierarquia entre letramentos dominantes e vernaculares evidencia essa dinâmica: letramentos legitimados institucionalmente conferem prestígio e poder simbólico, enquanto os vernaculares, comuns em contextos familiares, religiosos ou comunitários, são frequentemente deslegitimados, reforçando exclusão simbólica e desigualdade¹¹ (Street, 2003).

Nos contextos digitais, embora haja ampliação das possibilidades de participação e produção discursiva, persistem novas formas de regulação e hierarquização linguística. Os letramentos digitais refletem e reproduzem desigualdades sociais, pois o prestígio linguístico na internet ainda se apoia em normas herdadas de espaços escolares e institucionais (Barton; Lee, 2015). Além disso, julgamentos sobre correção e adequação linguística nas redes acentuam a sensação de vigilância, inibindo a agência de sujeitos de letramentos vernaculares. Assim, mesmo com maior visibilidade, dispositivos simbólicos continuam filtrando quais práticas de linguagem são legitimadas, reconfigurando a exclusão sob novas formas tecnológicas. Feitas essas reflexões, a seguir, apresentamos a rede familiar examinada nesta investigação.

3 UMA MICROCULTURA EM ANÁLISE: UMA PEQUENA REDE FAMILIAR DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

A realização desta pesquisa envolve uma rede social¹² ou uma microcultura familiar situada na região Sul do Espírito Santo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o estado do Espírito Santo possui, aproximadamente, 3,8 milhões de

¹¹ Há que se destacar que essa é uma referência a uma dinâmica geral e idealizada, visto que, sabidamente, letramentos vernaculares podem ser mais prestigiosos que os dominantes em determinados contextos, uma que esses valores são sempre contextuais.

¹² Redes sociais são conjuntos de vínculos entre indivíduos que constroem comunidades pessoais orientadoras da vida cotidiana, inseridas em contextos amplos (família, igreja, trabalho etc.) e específicos, nos quais os interlocutores projetam traços como “erudição, precisão, simpatia” (Schilling, 2013, p. 328). Elas funcionam como estruturas de referência que instituem normas de conduta, inclusive linguísticas, carregadas de significados sociais e pragmáticos.

habitantes, sendo o menos populoso da Região Sudeste. A região Sul do estado, por sua vez, abriga 26 municípios¹³ e conta com uma população estimada em 682.396 habitantes, apresentando densidade demográfica de 63 hab./km².

A microcultura em análise pertence à microrregião Litoral Sul, localizada especificamente no município de Anchieta, que tem uma população estimada de 29.779 habitantes e uma densidade demográfica de, aproximadamente, 71 hab./km². Com uma área de cerca de 420 km², faz divisa com os municípios de Guarapari, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha, sendo composto por três distritos: Anchieta (sede), Alto Pongal e Jabaquara (IBGE, 2023).

Sua economia é marcada, principalmente, pelas atividades turísticas e industriais, com destaque para a empresa *Samarco Mineração*, responsável pela pelotização de minério de ferro, e para a presença de empreendimentos estratégicos como a Unidade de Tratamento de Gás (UTG) da Petrobras e o Porto de Ubu. Além disso, a cidade abriga um importante patrimônio histórico-religioso, como o Santuário Nacional de São José de Anchieta, que reforça sua relevância no turismo religioso capixaba (Anchieta, 2024).

A história desse município é marcada pela colonização portuguesa e pela presença indígena. Atualmente, Anchieta apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado alto, de 0,73, refletindo boas condições nas áreas de longevidade (0,86) e renda (0,70), embora o coeficiente de Gini¹⁴ (0,46) aponte desigualdade moderada na distribuição de renda (Infosanbas, [s.d.]). A composição étnico-racial inclui aproximadamente 50% de pessoas pardas, 40% brancas, e minorias negras, indígenas e amarelas, o que sinaliza uma comunidade culturalmente diversa, cuja presença indígena histórica – em especial dos Tupiniquins – ainda ecoa nas práticas culturais e religiosas locais (Infosanbas, [s.d.]).

Nesse contexto territorial e sociocultural, esta pesquisa incide sobre uma rede social composta por seis sujeitos pertencentes ao círculo familiar da primeira autora deste texto, que compartilham laços afetivos e culturais, além de experiências de vida, interligadas pela vivência no mesmo território. A fim de garantir o anonimato dos participantes, todos serão referidos conforme o vínculo de parentesco que mantêm com a primeira autora: avó, pai, mãe, sogro, sogra e esposo.

Esses sujeitos apresentam níveis variados de escolarização e estão inseridos em diferentes práticas de letramento, considerando suas participações em letramentos dominantes e vernaculares. No contexto desta microcultura, os letramentos dominantes aparecem nas práticas reguladas por instituições formais – escola, trabalho técnico-profissional e igreja – que exigem gêneros discursivos socialmente legitimados, como relatórios, cadastros, documentos oficiais e textos litúrgicos padronizados. Já os letramentos vernaculares emergem das rotinas cotidianas e locais: interações orais informais, usos de jargões religiosos, comunicação por aplicativos e práticas domésticas que envolvem escrita e consulta de textos práticos. Cumpre ressaltar que a distinção entre letramentos dominantes e vernaculares não corresponde a níveis de escolarização e que variedades regionais de prestígio também articulam ambos. No caso desse grupo, contudo, os letramentos vernaculares se vinculam sobretudo a rotinas rurais, comunitárias e familiares, diferenciando-se daqueles observados em contextos urbanos, onde a circulação e os repertórios da escrita tendem a ser mais diversificados.

Todos os sujeitos, com exceção da sogra e do esposo, são oriundos de contextos rurais. O sogro, por exemplo, nasceu em um bairro do interior de Anchieta, de base rural; os pais e a avó da pesquisadora são provenientes de Travessão da Barra, distrito do município de São Francisco de Itabapoana (RJ), também marcado por práticas agrícolas, pecuaristas e pesqueira. As manifestações linguísticas do pai e da avó, a título de exemplificação, evidenciam marcas típicas do falar rural do Norte Fluminense, como a rotacização de /l/ em contextos intervocálicos, marca observada em realizações como *grória* em lugar de *glória*, além do uso de formas verbais menos prestigiadas (sem marcas canônicas), o que reflete práticas de letramentos predominantemente vernaculares e que agenciam

¹³ Os municípios da região são: Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Apiacá, Atilio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Castelo Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibitirama, Iconha, Irupí, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Marataizes, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado, Vargem Alta (Cosenses, 2020).

¹⁴ O Índice de Gini, segundo o IPEA, criado pelo matemático Conrado Gini, mede a concentração de renda em um grupo, indicando a diferença entre os mais pobres e os mais ricos. Varia de 0 a 1 (ou 0 a 100), em que 0 representa igualdade total de renda e 1 (ou 100) indica que toda a riqueza está concentrada em uma única pessoa.

variedades populares rurais – as menos prestigiadas socialmente. Essa constituição parece influenciar diretamente também nos valores culturais e nas percepções de certo e errado, em relação à linguagem, conforme sistematizamos nesta investigação.

A avó, uma pescadora artesanal aposentada, apenas reconhece e escreve o próprio nome, dominando muito pouco, portanto o código escrito. Seu cotidiano é marcado por práticas orais ou práticas de letramentos vernaculares. Do ponto de vista linguístico, apresenta traços típicos do falar rural da região, como os usos típicos de concordância verbal (*nóis chegemo*) e variações fonológicas importantes do ponto de vista do valor social das variantes como no uso de *Craudia* por *Cláudia*. Ela utiliza o *WhatsApp* para se comunicar com os filhos e netos, mas por meio de áudio, fotos e ligações; também acessa o *YouTube* e o *TikTok* para ouvir louvores e pregações, o que revela sua participação em letramentos digitais, quase todos voltados à prática religiosa e à convivência familiar.

O pai, encarregado de pintura industrial em uma empresa terceirizada que presta serviços à Samarco, concluiu o Ensino Médio e tem sua fala marcada por usos típicos de variedades rurais locais¹⁵. Ao longo da vida, foi alvo de julgamentos pelo modo como fala e pela leve gagueira que apresenta. No entanto, essas marcas linguísticas não comprometem sua atuação profissional. No ambiente digital, consegue realizar tarefas práticas, como transações em aplicativos bancários, acompanhamento de conteúdos de redes sociais digitais como *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*, e interações via *WhatsApp*, demonstrando domínio básico e funcional dos letramentos digitais. Embora não domine ferramentas mais técnicas, como o *Pacote Office*, esse sujeito adapta-se, com certa autonomia, às demandas digitais do cotidiano, como tirar e publicar fotos para o relatório diário no aplicativo interno da empresa em que trabalha.

A mãe da pesquisadora é graduada em Pedagogia e pós-graduada em Neuropsicopedagogia, professora da educação especial. Sua trajetória profissional e acadêmica envolve práticas constantes de leitura, escrita, planejamento e mediação pedagógica, o que a insere diretamente em práticas de letramentos dominantes. Ao contrário do pai, a fala da mãe é mais urbana – de modo que ela não realiza, por exemplo, o fenômeno da rotacização de /l/ em contextos intervocálicos (*framengo por flamengo*) – e seu domínio de tecnologias digitais é mais amplo, incluindo o uso de ferramentas de edição de texto, apresentações e planilhas.

A sogra da pesquisadora nasceu e cresceu em Bangu, bairro urbano e periférico do Rio de Janeiro, e concluiu o Ensino Médio, além de um curso técnico em enfermagem, atuando na área até se aposentar. Sua trajetória também está ligada a práticas de letramentos dominantes, especialmente no contexto profissional. Seu modo de falar remete a uma variedade urbana, mas também com marcas regionais, embora usos típicos de variedades populares rurais regionais não estejam presente em sua fala. Do ponto de vista linguístico, apresenta traços típicos do falar carioca urbano, como a realização do (/f/) em final de sílabas, o chamado *chiado carioca*, mas sem presença de formas prototipicamente estigmatizadas. No que se refere ao uso de tecnologias digitais, observa-se um uso funcional e restrito: para envio de mensagens de áudio, vídeos e imagens no *WhatsApp*; e também acesso ao *YouTube* para ouvir louvores e pregações, além de manter um perfil no *Facebook*, para uso esporádico e limitado.

O sogro, com Ensino Médio incompleto, é atualmente porteiro de prédio. Sua função envolve ocupações práticas, com pouca exposição a letramentos dominantes. Quanto às características de fala, apresenta poucas marcas do falar rural do interior capixaba, percebidas especialmente nos usos verbais (*panhar por pegar*, *avuar por voar*). Seu uso de tecnologias digitais é restrito a chamadas telefônicas e mensagens no *WhatsApp*, o que limita a interação em ambientes digitais mais complexos.

O esposo da pesquisadora é graduado em Engenharia Elétrica e cursa pós-graduação em Eficiência Energética. Atua como Fiscal técnico de automação industrial em uma empresa terceirizada que presta serviços à Samarco. Seu cotidiano profissional envolve interpretação de esquemas técnicos, produção de relatórios e comunicação por canais digitais, o que demanda práticas de letramentos dominantes (técnico-científico) e digitais com mais frequência, comparando-o aos demais sujeitos da rede. Em termos linguísticos, utiliza a variedade culta, com atenção à concordância canônica, sobretudo em contextos profissionais, além de mobilizar, na fala espontânea, um vocabulário técnico amplo, decorrente de sua área de formação na área da automação industrial,

¹⁵ A título de exemplificação, o pai usa *nós panhou*, com sentido de *nós pegamos*, o que não é comum nas variedades regionais nem de pessoas menos escolarizadas. São por conta de usos como esse que estamos diferenciando *variedades populares regionais* de *variedades populares rurais regionais*.

com usos frequentes de termos como *painel Bailey*, *DDSS*, *loops*, *crimpagem de cabos* e referências a procedimentos de instalação e infraestrutura.

Importante ressaltar que todos os membros dessa rede familiar compartilham não apenas laços afetivos e territoriais, mas também vínculos religiosos: são participantes da mesma instituição religiosa, o que contribui para a formação de um *ethos* comum, no que tange a valores, discursos e também práticas letradas (típicas do contexto religioso), ressaltadas as especificidades de cada sujeito, que se refletem tanto no uso da linguagem quanto nas percepções sobre ela, conforme apontaremos nos resultados desta investigação. Uma síntese da configuração dos sujeitos de pesquisa rememorados nesta investigação está apresentada no Quadro 1.

Sujeitos	Idade	Escolaridade	Origem geográfica	Participação em letramentos dominantes	Participação em letramentos vernaculares	Inserção em contextos digitais
Avó	67	Pouca escolarização formal	Rural	-	+	-
Mãe	50	Ensino Superior Completo	Rural	+	-	+
Pai	52	Ensino Médio Completo	Rural	-	+	-
Sogro	62	Ensino Médio Incompleto	Rural	-	+	-
Sogra	66	Ensino Médio Completo	Urbana	+	-	-
Esposo	31	Ensino Superior Completo	Urbana	+	-	+

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos de pesquisa

Fonte: Elaborada pelas autoras (2026)

A seguir, especificam-se as decisões metodológicas desta pesquisa.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, de base interpretativista¹⁶ e orientada pela abordagem autoetnográfica, gerando dados, portanto, a partir das memórias e observações sistematizadas da primeira autora, também integrante da microcultura familiar analisada, descrita anteriormente.

Optou-se por essa orientação metodológica por reconhecer o valor da experiência pessoal como via legítima de construção de conhecimento, especialmente quando se trata de investigar práticas e crenças sociolinguísticas que se formam e circulam em espaços familiares. A autoetnografia, nesse sentido, permite uma reflexão crítica sobre as vivências, e cria uma conexão com processos sociais e culturais mais amplos, revelando como o individual e o coletivo se entrelaçam na constituição dos modos de uso e da avaliação da linguagem e dos recursos digitais.

Nesse sentido, de acordo com Ellis, Adams e Bocher (2010), estudos autoetnográficos se caracterizam por cinco aspectos principais: a autorreflexividade, que diz respeito à postura crítica do pesquisador sobre suas experiências; o uso de narrativas pessoais, que

¹⁶ Nesse tipo de investigação, o pesquisador gera e analisa seus dados de modo subjetivo, por mais que haja a intenção de objetividade típica de investigações científicas (Thiollent, 2011).

resgatam memórias e relatos como material de análise; a contextualização cultural, na qual essas experiências são interpretadas à luz de teorias socioculturais; o diálogo entre o pessoal e o social, que busca relacionar o vivido individual com questões sociais mais amplas; e, por fim, a tentativa de produzir uma escrita sensível, que una rigor acadêmico à dimensão humana da pesquisa.

Nesta investigação, optou-se por privilegiar os dois primeiros aspectos – autorreflexividade e narrativas pessoais – como caminhos para a geração de dados, embora os demais aspectos também orientem a análise dos dados. A partir das lembranças e observações da primeira autora junto aos familiares que compõem a microcultura em estudo, portanto, são analisados: as crenças sociolinguísticas, as práticas e os eventos de letramento em contextos digitais.

Para orientar a investigação, as seguintes perguntas de pesquisa foram constituídas: *Como se configura essa microcultura familiar – mais grafocêntrica ou menos grafocêntrica? Que eventos de letramento – associados a práticas orais, escritas e tecnológicas – se mostram mais recorrentes nessa microcultura? Como a configuração linguística dessa família indicia crenças/percepções e (in)segurança sociolinguística?*

A proposta, portanto, é responder a essas questões a partir de memórias e sistematização de observações sobre os sujeitos da pesquisa, considerando a relação direta da primeira autora com esse universo¹⁷.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por questões didáticas, os resultados serão apresentados conforme as perguntas de pesquisa. Conjugam-se, inicialmente, a primeira e a segunda perguntas: *Como se configura essa microcultura familiar – mais grafocêntrica ou menos grafocêntrica?*; e *Que eventos de letramento se mostram mais recorrentes nessa microcultura e em que medida estão associados a práticas orais, escritas e tecnológicas?* Em seguida, discute-se a terceira pergunta: *Como a configuração linguística dessa família indicia crenças/percepções e (in)segurança sociolinguística?*

Como este estudo se fundamenta em uma abordagem autoetnográfica, considerando memórias da primeira autora, a análise, a seguir, é apresentada em primeira pessoa, buscando-se, intencionalmente, evidenciar a dimensão pessoal da experiência investigativa. Além disso, a voz dos sujeitos de pesquisa é rememorada, por meio de citação direta, em certos trechos do texto, por uma escolha metodológica consciente e alinhada aos propósitos reflexivos da pesquisa. Os resultados são apresentados a seguir.

Sujeitos	Grau de grafocentrismo ¹⁸	Evento de letramento	Tecnologia envolvida
Todos os sujeitos	Médio	Leitura da Bíblia, artigos religiosos e de hinários impressos	Papel
Todos os sujeitos	Baixo	Envio de áudios no <i>WhatsApp</i>	Celular
Mãe, pai, sogra, sogro, esposo	Médio	Leitura de mensagens de <i>WhatsApp</i>	Celular

¹⁷ Por se tratar de uma pesquisa autoetnográfica, construída com base nas memórias e reflexões da primeira autora, não foi necessária a submissão do protocolo da pesquisa ao Comitê de Ética.

¹⁸ Para esta análise, assumimos, metodologicamente, que possui *baixo grau de grafocentrismo* aqueles que participam de eventos predominantemente orais ou audiovisuais, pouco centrados na escrita (eventos que exigem produção escrita mínima ou inexistente, como o envio de áudios pelo *WhatsApp*); *médio grau*, aqueles que participam de eventos mediados pelo uso da escrita, mas em contextos pouco monitorados (eventos que envolvem leitura ou escrita breve e/ou funcional, como leitura de mensagens no aplicativo); e *alto grau*, aqueles que participam de eventos dominantes de letramento (escrita formal e/ou valorizada socialmente) (práticas que demandam escrita mais extensa, planejada, sistematizada do ponto de vista da norma culta ou padrão).

Esposo, mãe, pai	Baixo	Busca de tutoriais no <i>YouTube</i>	Celular / Internet
Sogra, mãe, avó, pai, esposo	Alto	Compartilhamento de mídias pelas redes sociais (<i>Facebook, Instagram e TikTok</i>)	Celular / rede social
Todos os sujeitos	Médio	Leitura de bulas / receitas / rótulos	Não digital
Esposo, pai, mãe	Alto	Uso de PIX e <i>apps</i> bancários	Aplicativos de celular
Sogra, pai, mãe, esposo	Alto	Preenchimento de fichas / cadastros / documentos	Papel ou digital
Mãe, sogra, sogro, avó	Baixo	Assistir a pregações <i>on-line</i>	Celular / <i>YouTube</i>
Pai, sogro, sogra, mãe, esposo	Médio	Assinatura de documentos	Papel

Quadro 2: Caracterização dos eventos de letramento dos sujeitos da pesquisa

Fonte: Elaborada pelas autoras (2026)

Conforme as informações do Quadro 2, a sistematização dos dados demonstra, em geral, que a microcultura familiar em análise articula práticas de letramento diversas, com predominância de eventos grafocêntricos (mediados pela escrita) e pelas tecnologias digitais, especialmente entre os sujeitos com maior escolarização formal¹⁹. Observa-se, contudo, que os membros da família com menor escolarização mantêm práticas com baixo grau de grafocentrismo, tanto em contextos religiosos quanto em familiares, o que revela um trânsito desigual, entre os membros da família, entre letramentos dominantes e vernaculares.

Assim, considerando as duas primeiras perguntas de pesquisa – *Como se configura essa microcultura familiar – mais grafocêntrica ou menos grafocêntrica?*; e *Que eventos de letramento se mostram mais recorrentes nessa microcultura e em que medida estão associados a práticas orais, escritas e tecnológicas?* –, pode-se depreender que se trata de uma microcultura que manifesta um grau moderado de grafocentrismo, com ampla circulação de eventos mediados pela escrita, especialmente em contextos religiosos, escolares e digitais, mas que ainda valoriza significativamente a oralidade e o uso de variedades populares.

Os eventos mais recorrentes estão relacionados à leitura e ao compartilhamento de conteúdo bíblico, ao uso funcional das redes sociais, à produção de textos para o trabalho, ao consumo de vídeos e tutoriais, bem como à realização de transações bancárias via aplicativos. A seguir, uma análise mais detalhada de cada sujeito rememorado, autoriza essas considerações e já se encaminha para responder a terceira pergunta desta pesquisa: *Como a configuração linguística dessa família indicia crenças/percepções e (in)segurança sociolinguística?*

Em conversas com minha mãe, costuma emergir a forma como escrita, fala e tecnologias são atravessadas por experiências de insegurança. Ela estudou até a quarta série na infância e retomou os estudos apenas na fase adulta, formando-se em Pedagogia. Como relata: “[...] o estudo era bem precário lá, a gente ia até a quarta série e fui voltar depois de adulta. Como filha mais velha, o trabalho foi, desde sempre, mais valorizado do que o estudo. O incentivo que recebia de minha mãe era básico: que soubesse pelo menos ‘escrever o nome’”. Talvez por esse motivo, mesmo atuando como educadora, ainda carrega marcas de insegurança sociolinguística, sentindo desconforto ao escrever perto de outros: “Na hora de escrever perto dos outros eu quase caio pra trás porque acho minha caligrafia muito feia [...] não gosto de fazer isso perto das pessoas”. Segundo nossa ótica, essa preocupação com a própria caligrafia não se limita a uma questão estética: ela se vincula ao valor social atribuído à escrita (em todos os seus aspectos) como índice de competência. Assim, o receio de ser julgada pela letra funciona como marcador de insegurança sociolinguística, pois remete ao temor de avaliações sobre sua inteligência, posição social, trajetória educacional e, ao final, sua competência cidadã, de um ponto de vista mais amplo.

¹⁹ Para fins desta análise, os graus de grafocentrismo atribuídos aos eventos consideram a extensão do uso da escrita envolvida em cada prática, e não a formalidade do contexto. Cf. nota 18.

Apesar disso, utiliza *Word*, *Canva*, planilhas, redes sociais e aplicativos bancários com autonomia. No *WhatsApp*, participa de grupos escolares; no Instagram, compartilha conteúdos pessoais e profissionais; no *TikTok* e *YouTube*, consome vídeos, pregações e pesquisas. Também produz relatórios e planilhas no computador. Sua formação em Pedagogia e especialização em Neuropsicopedagogia fortalecem seu letramento digital, evidenciando tanto práticas dominantes – com usos mais próximos das variedades cultas em contextos profissionais – quanto vernaculares, nas quais mobiliza formas nem sempre prestigiadas, como em *vem cá pra mim fazer, cê num vai não?* ou *a gente fomos*. Esses usos diferem dos usos típicos das práticas dominantes por apresentarem variantes socialmente estigmatizadas, embora, em contextos informais – cuja interação se dá entre sujeitos pouco escolarizados, como é o caso dessa rede –, a avaliação negativa nem sempre ocorra. Quando enfrenta demandas digitais mais complexas, recorre à filha: “Quem não sabe mexer bem no celular perde muita coisa [...] se eu não consigo mandar alguma coisa pra minha pedagoga eu me sinto mal”. Parece que esse membro da família associa o domínio da linguagem ao reconhecimento social: “[...] ter uma boa escrita e uma boa oratória te faz ter mais segurança [...] se você não souber se comunicar, você não vai ser respeitado”. Ao mesmo tempo, formas linguísticas “simples”²⁰ lhe transmitem acolhimento: “[...] quando vejo uma pessoa falando mais simples, eu vejo que a pessoa é igual a mim [...] se a pessoa fala do meu jeito, então pra mim tá tranquilo”. Por fim, destaca-se que seus eventos de letramento estão ligados à prática religiosa, especialmente à leitura e resumo da Bíblia, e ao trabalho com os alunos, em que exerce de forma mais intensa leitura e escrita.

As falas de meu pai, por sua vez, também revelam uma trajetória escolar marcada por interrupções, dificuldades e por um contexto rural pouco favorável à escolarização. Desde cedo, conciliou trabalho e estudo, retomando a formação apenas na vida adulta, incentivado por minha mãe, por meio da EJA. Ainda assim, expressa insegurança: “[...] minha leitura e escrita é péssima [...], pra escrever eu me sinto inseguro, porque eu não sei se eu tô escrevendo certo, não sei os sinais, não sei usar vírgula”.

Por essas considerações, fica evidente que ele associa o domínio da norma culta escrita ao sucesso escolar e social: “[...] quando vejo uma pessoa falando certinho, eu acho legal [...], teve bom estudo, teve uma boa formação”. Por outro lado, identifica-se com interlocutores de fala mais simples: “tá falando igual eu”. Isso demonstra que a valoração sociolinguística afeta tanto sua performance linguística quanto sua percepção de pertencimento, confirmando a perspectiva de linguagem como recurso simbólico e de construção identitária (Eckert, 2008; Bourdieu, 2011). No campo digital, utiliza celular para transações bancárias, comunicação no *WhatsApp* e *Facebook* e acesso a conteúdo de interesse. Apesar do uso frequente, sente-se inseguro diante de tarefas como instalar aplicativos: “[...] já me senti inferior pela forma que eu falo e também por não saber baixar um aplicativo no celular”. Embora a insegurança tecnológica não decorra diretamente da insegurança sociolinguística – e tampouco seja exclusiva de sujeitos com determinado perfil sociolinguístico –, ambas parecem se articular na experiência subjetiva, podendo gerar sensações de (in)adequação diante de práticas valorizadas socialmente. Nesse sentido, o domínio da fala prestigiada e o domínio das tecnologias funcionam, para o meu pai, como indicadores de competência e pertencimento às práticas socioculturais de prestígio, razão pela qual, em momentos de dificuldade, recorre à ajuda da primeira autora deste texto, o que reforça a posição de autoridade tecnológica desta na família. Embora sustente que “tudo é mais questão de caráter”, valoriza o conhecimento como forma de agência: “[...] é bom sempre buscar novos conhecimentos pra você saber a hora certa de questionar alguma coisa”.

Outro membro de minha família, meu sogro cresceu em zona rural, onde a distância da escola e as responsabilidades familiares também limitaram sua trajetória escolar. Estudou até o Ensino Fundamental e, aos 14 anos, abandonou os estudos para trabalhar. Ainda assim, aprendeu a ler e escrever nesse período e continuou praticando de forma autônoma. Demonstra orgulho desse esforço, embora prefira a leitura – especialmente da Bíblia – à escrita, na qual não se sente seguro.

Sobre a linguagem, manifesta uma dupla valoração: admira a “língua muito certinha”, associada a capital cultural elevado e autoridade simbólica, mas identifica-se afetivamente com “formas mais simples” de falar, ligadas à sua prática discursiva. Essa oscilação evidencia como ideologias linguísticas podem moldar pertencimento e exclusão social (Eckert, 2000), também em termos de percepção, uma vez que, ao que parece, esse sujeito admira a língua do outro, que é a língua “muito certinha”, mas se vê no grupo que fala “formas mais simples”. No entanto, essa identificação não indica necessariamente uma exclusão social objetiva, mas uma

²⁰ Por *formas linguísticas simples* ou *fala simples*, estamos compreendendo uma referência (dos sujeitos desta pesquisa) a usos ou variedades populares, rurais ou não, que comportam usos percebidos como estigmatizados ou distantes dos usos cultos e escritos.

percepção de menor prestígio linguístico, construída em experiências cotidianas de comparação com falantes mais escolarizados. Assim, sua autoavaliação parece derivar mais de hierarquias simbólicas do que de efetivas situações de exclusão. Quanto às tecnologias digitais, utiliza o celular para notícias, louvores e mensagens, sobretudo em contextos profissionais. Mostra resistência a recursos mais complexos, como aplicativos bancários, preferindo realizar transações presencialmente, pois gosta de “conversar com alguém” e teme fraudes. Reconhece, no entanto, que “quem não sabe mexer no celular perde muita coisa”, revelando consciência da exclusão digital²¹. Ainda assim, enfatiza que prevalece o “caráter e o viver da pessoa”, valorizando aspectos éticos acima das competências tecnológicas ou linguísticas – uma forma de ressignificar sua trajetória social e cultural.

Minha sogra, entre os sujeitos mais idosos investigados, afirma não possuir inseguranças linguísticas. Sua trajetória escolar regular e o ambiente familiar que valorizava a escrita constituíram um capital cultural que sustenta sua segurança. Embora sua principal leitura seja a Bíblia, utiliza o *Google* para esclarecer dúvidas, revelando a hibridização entre letramentos tradicionais e digitais. Sua trajetória profissional na área da saúde e a incorporação progressiva das tecnologias digitais – inicialmente com resistência – refletem a construção de capital cultural prático e simbólico (Bourdieu, 2011). O uso do celular para comunicação e gestão financeira, mesmo acompanhado de receios e vergonha ao pedir ajuda, evidencia desigualdades estruturais no acesso às tecnologias, aspecto central nos letramentos críticos. Ao confiar em mim como mediadora tecnológica, atribui-me autoridade simbólica legitimada, revelando relações de poder nas interações intergeracionais. Costuma afirmar que “[...] nunca se sentiu inferior pela forma como fala ou escreve”, mas reconhece que os “certinhos” são socialmente valorizados, enquanto os “mais simples” sofrem desvalorização²². Essa postura expressa consciência crítica das ideologias sociolinguísticas que regulam prestígio e estigma, reafirmando a complexidade das identidades discursivas em contextos de múltiplos letramentos.

Meu esposo, sujeito mais jovem da pesquisa, cresceu em ambiente escolar estruturado e com incentivo familiar direto. Sua mãe estimulava a escrita, comprando cadernos de caligrafia para que ele aprendesse a “escrever corretamente”. Esse percurso levou-o à Engenharia Elétrica e Automação e, atualmente, à pós-graduação em Eficiência Energética. No trabalho, escreve relatórios, croquis, projetos e planilhas com desenvoltura, revelando um letramento técnico consolidado. Também lê conteúdos religiosos desde a infância, reconhecendo sua importância: “[...] nunca me senti inferior pela forma como eu falo ou escrevo. A igreja também ajudou muito na formação da minha oratória. Escutar e ler textos bíblicos desde a infância ampliou meu campo de palavras”. Nas práticas digitais, demonstra segurança e autonomia. Usa celular e computador para jogos, comunicação, documentos, redes sociais, movimentações bancárias, reuniões virtuais e elaboração de projetos. Quando enfrenta dificuldades, recorre a ferramentas como *ChatGPT* e *YouTube*, em vez de buscar ajuda de pessoas próximas, o que indica autonomia diante dos letramentos digitais – diferindo dos demais sujeitos da pesquisa. Sua escrita, inclusive em redes sociais, segundo ele, busca clareza e evita gírias, uma referência ao ideário de *língua correta*. Na adolescência, sentia-se deslocado em relação ao mundo digital, mas desenvolveu repertório sólido, que considera essencial para não estar em desvantagem profissional. Para ele, “[...] o celular é o meio de comunicação mais completo porque você tem acesso a tudo: fazer projetos, relatórios, reuniões, então quem não sabe mexer perde muita coisa. Tanto o computador quanto o celular, hoje, fazem parte do meu trabalho”. Embora seguro em sua expressão, manifesta o desejo de aprimorar a eloquência, evidenciando a importância que atribui à competência oral como recurso de inserção social.

O relato de minha avó, por fim, revela as marcas mais profundas da exclusão educacional. Na infância, em contexto rural vulnerável²³, viu o estudo ser privilégio dos mais ricos, enquanto o trabalho precoce predominava para os mais pobres: “Estudo era cabo de enxada”. Na fase adulta, enquanto trabalhava como merendeira, frequentou a escola e aprendeu a escrever o próprio nome, mas ainda sente dificuldade em juntar letras e formar palavras. Sua insegurança diante da leitura e escrita é marcante: “A gente não

²¹ Destaque-se que a exclusão digital pode decorrer de diversos fatores: desde os econômico-sociais aos relacionados a opções conscientes de não participação do mundo digital que passa pelo celular, atitude que não é exclusiva de um determinado grupo social.

²² Esse reconhecimento evidencia um entendimento intuitivo/leigo de que as avaliações linguísticas não se explicam apenas por questões linguísticas, restritas ao domínio da língua, mas refletem dinâmicas sociais mais amplas. O preconceito linguístico, nesse sentido, é menos um fenômeno linguístico e mais um sintoma de desigualdades sociais estruturais – como as econômicas e as educacionais – que organizam o modo como certos modos de falar são legitimados e outros, desautorizados. Assim, combater o preconceito linguístico implica necessariamente enfrentar as condições materiais e históricas que produzem tais hierarquias, uma vez que as ideologias linguísticas operam como extensão de valores sociais mais profundos, e não como um sistema autônomo.

²³ O termo *vulnerável*, aqui, refere-se às condições socioeconômicas precárias do grupo a que minha avó pertencia, agravadas pela ausência de oferta escolar regular, à época, o que restringia o acesso à educação às famílias com maior renda ou com possibilidade de deslocamento.

saber ler, pra mim, é a mesma coisa que a gente não enxergar”. Sua relação com a linguagem, em geral, é atravessada por dimensões afetivas, religiosas e orais: ouve pregações bíblicas, acompanha notícias na televisão e busca informações de saúde em conversas e, mais recentemente, em vídeos no celular. De forma autodidata, utiliza recursos digitais criativamente, como gravar vídeos, postar no *TikTok* e nos status do *WhatsApp*. Contudo, evita movimentações bancárias por receio de errar e busca ajuda de filhos ou netos com cautela, para não parecer excessivamente dependente. Apesar das dificuldades, valoriza o conhecimento e manifesta forte desejo de ler a Bíblia: “A melhor coisa que eu queria na vida era pegar a Bíblia e ler um capítulo todinho, e depois escrever”. Reconhece que há pessoas sem estudo que “são mais inteligentes do que quem sabe ler e escrever” e, sobre respeito, afirma não se sentir diminuída pela forma de falar, mas por questões de aparência. Ainda assim, destaca sua autonomia: “Eu não estudei, mas eu sei administrar minhas coisas”. Sua fala evidencia uma existência potente que desafia concepções tradicionais de saber, competência e prestígio social.

Com base nessas trajetórias e falas, retoma-se a terceira pergunta da pesquisa – *Como a configuração linguística dessa família indicia crenças/percepções e (in)segurança sociolinguística?* –, evidenciando que os relatos revelam forte associação entre domínio da norma culta ou padrão e sentimentos de (in)segurança nas interações linguísticas, especialmente em contextos formais e digitais.

Sujeitos com menor escolarização formal ou que não dominam letramentos valorizados socialmente tendem a manifestar sentimentos de inferioridade ou vergonha, sobretudo diante de interlocutores que falam de forma “certinha” ou utilizam vocabulário técnico. Por outro lado, quando interagem com pessoas que falam “do mesmo jeito” (por meio de letramentos vernaculares), demonstram maior conforto e segurança, evidenciando que as percepções sobre a linguagem estão atravessadas por relações de poder simbólico e de pertencimento social. Em contraste, sujeitos que dominam letramentos valorizados – como meu esposo e minha mãe – expressam maior autonomia e desenvoltura para lidar com diferentes tipos de textos e situações, inclusive em meio digital, reforçando que o capital linguístico impacta diretamente as crenças e percepções sobre o próprio lugar social.

A análise da família revela, portanto, que o poder simbólico associado às práticas de linguagem (do grupo em tela) distribui-se de forma diferenciada nos eventos de letramento, que podem ser mais ou menos orais, escritos e digitais. No âmbito oral, os modos de falar “certinho” são valorizados como índices de escolarização e prestígio social, reproduzindo ideologias que hierarquizam variedades e legitimam formas específicas de expressão (Bourdieu, 2011). A fala “simples”, próxima aos repertórios cotidianos e populares, assume valor afetivo e identitário, reforçando vínculos familiares, ainda que constituída por formas/variantes socialmente estigmatizada.

No plano escrito, a trajetória escolar regular e a segurança na escrita – como no caso da sogra – conferem capital cultural valorizado e reforçam autoridade simbólica, sobretudo em contextos formais. O prestígio da escrita típica de letramentos dominantes, portanto, permanece um marcador de distinção social, associado a uma tradição grafocêntrica que vincula competência textual ao mérito individual. No grupo analisado, essas distinções se manifestam de forma simbólica: embora a mãe da pesquisadora possua maior escolarização formal, ela não se percebe como mais competente e se identifica com as inseguranças dos membros mais velhos. Já a pesquisadora e seu esposo são frequentemente vistos pelos pais, sogros e avó como mais hábeis na escrita, na fala monitorada e no uso de tecnologias digitais. Assim, as diferenças percebidas no grupo dizem respeito menos à escolaridade objetiva e mais à distribuição de capital cultural e às formas como cada sujeito interpreta sua própria posição no mundo. Para os membros da família, a distinção social relevante parece ser, sobretudo, simbólica, e não material, objetiva.

A fluência digital, especialmente no uso autônomo de aplicativos e redes sociais (embora não exclusivamente por isso), surge, nesse cenário, como novo capital cultural vinculado à inclusão social e à capacidade de lidar com demandas contemporâneas. Contudo, inseguranças e dependência de mediações revelam hierarquias reconfiguradas, em que quem domina recursos digitais também ocupa posição de autoridade simbólica²⁴.

²⁴ Nesse ponto, é bom destacar que inclusão/exclusão digital não se refere exclusivamente a ter ou não ter celular e usar seus aplicativos. E ter celular e saber usar seus aplicativos também não significa inclusão social.

Essa microcultura familiar, portanto, em termos grafocêntricos, apresenta-se como híbrida, articulando práticas orais, escritas e digitais. Seus eventos de letramento mais recorrentes – leitura da Bíblia, produção de resumos, interações orais cotidianas e uso do celular – refletem a pluralidade dos novos letramentos (Street, 2003; Barton; Lee, 2015) e explicitam desigualdades de acesso e diferenças geracionais.

Em síntese, a configuração linguística da família evidencia crenças sociolinguísticas que atribuem prestígio a formas padronizadas, típicas dos letramentos dominantes, mas também valorizam formas populares, típicas de letramentos vernaculares, como índice de pertencimento. A tensão entre letramentos dominantes e vernaculares expõe ideologias que regulam prestígio e estigma, impactando a (in)segurança sociolinguística e moldando práticas comunicativas. Assim, a microcultura analisada ilustra como capitais culturais e ideologias de linguagem se entrecruzam na negociação de identidades e posições sociais em um cenário de transformação sociocultural.

6 DA FAMÍLIA À ESCOLA: CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROSPECÇÕES PARA O ENSINO

O objetivo deste texto foi o de (a) caracterizar práticas de letramento dos sujeitos de uma microcultura familiar do litoral sul do Espírito Santo, com vistas a apreender aspectos de suas constituições identitárias; e (b) desvendar o capital simbólico associado ao uso da linguagem (tecnológica) no cotidiano dessas pessoas, desvendando como identidades e crenças linguísticas se constituem nessa rede familiar e como elas, em particular, revelam percepções distintas sobre o poder simbólico de quem fala, de quem escreve e de quem navega digitalmente.

Por meio de investigação autoetnográfica para geração de dados, a análise evidenciou que os sujeitos transitam por diferentes práticas e eventos de letramento – orais, escritos e digitais – cada um marcado por valores simbólicos e por percepções de (in)segurança linguística distintos.

E, embora as reflexões derivadas desta investigação não estejam diretamente correlacionados com o campo educacional, podem sugerir que, na escola, ao integrarmos eventos de letramento que dialoguem com experiências reais de uso da linguagem – como o uso das tecnologias digitais, a oralidade cotidiana e a escrita em diferentes gêneros –, o ensino pode não apenas desenvolver competências formais, mas também *ampliar a confiança linguística dos alunos e problematizar as ideologias de prestígio que hierarquizam formas de falar, de escrever e de navegar digitalmente*.

Em outras palavras, a partir da escuta e do aproveitamento pedagógico dos repertórios linguísticos e tecnológicos dos estudantes em outros espaços – como o familiar – é possível promover uma abordagem mais inclusiva, crítica e alinhada às demandas comunicativas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. V.; BROCH, I. K. Fundamentos para uma pedagogia do plurilinguismo baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). In: *V Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*, Montevideo: Universidad de la República e Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 2011. p. 15-24.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BAKHTIN, M. M. O discurso no romance. In: BAKHTIN, M. M. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7. ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1934-1935]. p. 71-211.

BARTON, D.; HAMILTON, M. *Understanding literacy as social practice*. Local Literacies: reading and writing in one community. London: Routledge, 1998.

- BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. *Situated literacies*. London: Routledge, 2000.
- BARTON, D.; LEE, C. *Language Online: Investigating Digital Texts and Practices*. London: Routledge, 2015.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico sobre migração*. Brasília: Parábola Editorial/Universidade de Brasília, 2011.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRAGANÇA, M. L. L.; BALTAR, M. A. R. Novos estudos do letramento: conceitos, implicações metodológicas e silenciamentos. *Imagens da Educação*, v. 6, n. 1, p. 3-12, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i1.25321>. Acesso em: 01 maio 2025.
- CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- COSEMS-ES. Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde do Espírito Santo. Municípios da Região Sul. Vitória: Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Espírito Santo – COSEMS-ES, 2020. Disponível em: <https://www.cosemses.org.br/regioes-de-saude/regiao-sul/>. Acesso em: 06 jun. 2025.
- ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of social meaning in Belten High*. Oxford: Blackwell, 2000.
- ECKERT, P. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 87-100, jun. 2012.
- ECKERT, P. *Meaning and linguistic variation: the third wave in sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoetnografia: uma metodologia para investigar experiências pessoais e contextos culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- EUZÉBIO, M. D.; GOULART, J. A.; MENDES, A. D. Letramento: uma discussão sobre grafocentrismo e microcultura. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 39-53, maio 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2009v6n2p39>. Acesso em: 09 jul. 2025.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FERGUSON, C. A. Diglossia. *Word*, v. 15, n. 2, p. 325-340, 1959. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00437956.1959.11659702?needAccess=true>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- GRAFF, H. J.; DUFFY, J. Literacy myths. In: STREET, B. V.; HORNBERGER, N. H. (ed.). *Encyclopedia of language and education*. 2. ed., v. 2. Berlin; New York: Springer, 2008.

HAMILTON, M. Expanding the new literacy studies: using photographs to explore literacy as social practice. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIĆ, R. (eds.). *Situated Literacies: reading and writing in context*. London: Routledge, p. 16-34, 2000.

HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. *Language in Society*, v. 11, n. 1, p. 49-76, 1982. Disponível em: https://moodle.swarthmore.edu/pluginfile.php/13292/mod_resource/content/0/Heath-What_No_Bedtime_Story_Means.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

INFOSANBAS. *Anchieta (ES)*. [s.d.]. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/anchieta-es/>. Acesso em: 17 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html>. Acesso em: 17 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: Ipea. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 2 jul. 2025.

KLEIMAN, A. B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LABOV, W. *The Social Stratification of English in New York City*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2006.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LANGA LACERDA, M.; GÖRSKI, E. M.; PAZA, C. R. M. A terceira onda variacionista: continuidade ou descontinuidade de fases? *Revista da ABRALIN*, v. 21, n. 1, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2070>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LANGA LACERDA, M.; JESUS, C. E. B. de. A relação entre percepção sobre aulas de português do ensino médio e (in)segurança sociolinguística. In: *Congresso brasileiro de língua portuguesa e lusofonias*, 22., 2024, Vitória. Anais eletrônicos. Vitória: UFES, 2023.

LANGA LACERDA, M.; LEPPAUS, A. C. S. Capixaba tem sotaque? Quem pode dar essa resposta? Questões para a sociolinguística da sociedade. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 68-104, 2023. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1333>. Acesso em: 10 ago. 2025.

LUCCHESI, D. Norma linguística e conflito sociolinguístico. In: BORTONI-RICARDO, S. M. et al. (org.). *Parâmetros para o ensino de língua portuguesa*. Brasília: MEC, 2006.

MOITA LOPES, L. P. O novo ethos dos letramentos digitais: modos de construir sentido, revolução das relações e performances identitárias fluidas. In: FIAD, R. S.; SIGNORINI, I. (org.). *Ensino de língua: das reformas, das inquietações e dos desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 204-229.

MONTEIRO, A. H. S. A influência da cultura grafocêntrica na estigmatização das variantes linguísticas. *Cadernos Zygmunt Bauman*, v. 14, n. 35, p. 62-80, 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/25060>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MORSON, G. S.; EMERSON, C. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

OUSHIRO, L. A importância de estudos de avaliação e percepções sociolinguísticas. *Revista de Letras*, v. 1, n. 40, p. 9-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/71443/197101>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SCHILLING, N. Investigating stylistic variation. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (ed.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327-349.

STREET, B. Perspectivas interculturais sobre o letramento. Tradução de Marcos Bagno. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 8, p. 465-488, 2007.

STREET, B. *Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento*: trabalho apresentado durante a Teleconferência UNESCO Brasil sobre Letramento e Diversidade, out. 2003. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/abordagens-alternativas-ao-letramento-e-ao-desenvolvimento-pdf-free.html>. Acesso em: 30 jan. 2026.

STREET, B. Literacy events and literacy practices: theory and practice in the New Literacy Studies. In: JONES, K.; JONES, M. M. (ed.). *Multilingual literacies: reading and writing different worlds*. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 17-30.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Recebido em 05/09/2025.

Aceito em 20/11/2025.

Publicada em 15/03/2026.